

MINERAÇÃO E CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE JURUTI/PA, BRASIL

mining and peasantry in the city of Juruti(PA), Brazil

João Santos Nahum*

Resumo

Enfocamos um capítulo da questão agrária na Amazônia, caracterizado por disputas territoriais entre empresa mineradora e campesinato no município de Juruti(PA). Neste lugar, pela primeira vez na história dos grandes projetos na Amazônia, o campesinato, sobretudo ribeirinhos, lavradores e extrativistas, apoiados pela ação missionária da igreja, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo sindicato de trabalhadores rurais, por lideranças comunitárias e partidárias se organizaram, construíram entidade representativa de seus interesses, protestaram contra um empreendimento minero-metalúrgico e conseguiram a titulação coletiva de suas terras, o direito sobre um percentual do lucro da lava da bauxita, bem como de usá-lo diretamente. Levantamos dados secundários, que subsidiaram nossa análise da situação geográfica em foco, a partir de revisão bibliográfica e consulta a sites. As informações e dados primários foram coletados e sistematizados através de trabalho de campo, onde pudemos colocar “a terra do lugar debaixo das unhas” e assim descrever os processos que pesquisamos. Na primeira parte do texto mostramos as condições e possibilidades que permitiram a atividade mineradora em Juruti. Na segunda parte analisamos as disputas territoriais entre ALCOA(Aluminium Company of America) e os camponeses, organizados na ACORJUVE(Associação Comunitária da Região da Gleba Juruti Velho). Depois apresentamos algumas considerações finais, sem a preocupação de concluir a análise.

Palavras-chave: Território, Camponeses, Disputas, Mineração, Juruti.

Abstract

We focus on a chapter of the agrarian issue in the Amazon, characterized by territorial disputes between a mining company and the smallholders in the city of Juruti (PA). Here, for the first time in the history of large-scale projects in the Amazon, smallholders, especially riparian farmers and extractivists, supported by outreach from the Catholic Church's Pastoral Land Commission (CPT), the rural workers' union, and political and community leaders, organized and built a coalition representing their interests and protested against a mining project. The coalition collectively managed supporters' land rights, their right to a percentage of profits from the mining of bauxite, as well as using it directly. We raise secondary data, which supported our analysis of geographical focus, from literature review and consultation sites. The information and primary data were collected and systematized through field work, where, as the Brazilian saying goes, we put “the dirt of the place under our fingernails” and thus describe the processes surveyed. In the first part of the paper we describe the conditions and possibilities that allowed the mining activities in Juruti. In the second part we analyze the territorial disputes between ALCOA (Aluminium Company of America) and the smallholders, organized in ACORJUVE (Community Association of the Gleba Old Juruti Region). Then we present some final considerations, without the worry of completing the analysis.

Key words: Territory, Peasants, Disputes, Mining, Juruti.

Résumé

Ce texte prend en compte la question agraire en Amazonie, en particulier les disputes territoriales entre les entreprises d'exploitation minière et les paysans dans le municípe de Juruti, Pará. Dans cet endroit, à la première fois dans l'histoire des grands projets en Amazonie, la paysannerie représenté par les riverains, agriculteurs et ce qui vivent de la récolte de produits de la forêt, soutenus par l'action missionnaire des églises, par la Commission Pastorale de la Terre (CPT), par le Syndicat de Travailleurs Ruraux, par des leaders communautaires et partisans se sont organisés, ils ont construit une association représentative de leurs intérêts, ils ont protesté contre l'installation des entreprises d'exploitation minière et ils ont réussi avoir le document officiel de la possession collective de leurs terres, le droit sur un pourcentage des revenus de l'exploitation de la bauxite, ainsi que le droit d'usage de ce minéral. Nous avons pris des données secondaires qui ont soutenu l'analyse de la concentration géographique, la révision de la littérature et de sites de consultation. Les informations et les données primaires ont été recueillies et systématisées par le travail de terrain, où nous avons mis «la terre de la place sous les ongles» et ainsi décrire les processus étudiés. Dans la première partie de ce texte on démontre les conditions et des possibilités qui ont permis l'activité minière à Juruti. Dans la deuxième partie, on analyse les disputes territoriales entre l'ALCOA (Compagnie d'Aluminium d'Amérique) et les paysans organisés dans l'ACORJUVE (L'Association communautaire de la région de la Glèbe Juruti Vieille). En suite on présente des considérations finales, sans avoir la prétention de conclure l'analyse.

Mots-clés: Territoire, Paysans, Disputes (conflits), Exploitation minière, Juruti.

(* Prof. Dr. da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - Avenida Augusto Correia nº 01, CEP: 66.075-110, Belém (PA), Brasil. Tel: (+55 91) 3201 8194 - joaonahum@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Enfocamos um capítulo da questão agrária na Amazônia. No município de Juruti, oeste paraense, pela primeira vez na história dos grandes projetos na Amazônia, o campesinato, sobretudo ribeirinhos, lavradores e extrativistas apoiados pela ação missionária da igreja, Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicato dos trabalhadores rurais, lideranças comunitárias e partidárias se organizaram e construíram entidade representativa de seus interesses. Protestaram contra um empreendimento mineiro-metalúrgico e conquistaram a titulação coletiva de suas terras e o direito de usufruir do percentual de 1,5 % sobre o lucro da lavra da bauxita e de gerenciá-lo diretamente, sem intermediação do poder municipal.

Sustentamos a hipótese que a chegada da ALCOA (Aluminium Company of America) nesse município constitui um evento na dinâmica territorial do lugar, conforme conceituado por Santos (1999), pois reorganiza a configuração espacial, a dinâmica social e produz novos usos do território. Neste período a fração do território onde se instala a empresa é comandada por interesses exógenos; o lugar deixa de ser palco, produto e condicionante de processos endógenos e regionais; o tempo do rio não comanda mais a vida; o rio transforma-se em verdadeira estrada por onde intenso fluxo de barcos, balsas e navios transportam pessoas, veículos e equipamentos provenientes dos mais diversos lugares do Brasil e de outros países, intensificados no início do século XXI. Delineia-se um novo capítulo da história dos projetos mineiro-metalúrgicos na Amazônia.

Indicamos e examinamos alguns componentes desta situação geográfica. Eles reforçam o fato de que a Amazônia continua fronteira de commodities (Castro, 2010, Loureiro 2009, Mello, 2006). Mudam-se os nomes, novas teorias sobre condições periféricas são elaboradas ou as anteriores reformuladas, mas o modelo continua idêntico em seus elementos essenciais. A expansão da fronteira ameaça o modo de vida e o uso do território pelo campesinato, que se organiza e resiste diante das políticas de estado que historicamente não contemplam suas demandas, da força do capital e da ideologia da modernização e desenvolvimento econômico dos grandes projetos (D'Incao; Silveira, 1994).

Levantamos dados secundários, que subsidiaram nossa análise da situação geográfica em foco, a partir de revisão bibliográfica e consulta às páginas eletrônicas da Alcoa e IBGE. As informações e dados primários foram coletados e sistematizados durante o trabalho de campo, onde pudemos colocar “a terra do lugar debaixo das unhas” e assim descrever os processos que pesquisamos. Entrevistamos diretores da ACORJUVE (Associação Comunitária da Região da Gleba Juruti Velho), moradores do bairro rural da Terra Preta, da cidade de Juruti e de comunidades ribeirinhas que integram o Projeto Assentamento Agroextrativista de Juruti Velho. As perguntas semiabertas recolheram narrativas sobre o processo de titulação coletiva e as disputas territoriais contra a ALCOA.

O trabalho de campo foi realizado nos meses de fevereiro e agosto de 2011 e integrou as atividades das disciplinas de geografia agrária e geografia da Amazônia que ministramos. Durante dois períodos de dois dias, quarenta discentes da turma do curso de licenciatura em geografia da UFPA em Juruti coletaram dados, entrevistaram moradores, representantes do poder público municipal e da ACORJUVE objetivando caracterizar a situação geográfica de enfrentamento entre camponeses e empresa mineradora. Nosso compromisso foi imprimir forma textual às cadernetas de campo. Esse texto é a primeira síntese. Expresso gratidão e admiração a essa gente humilde e de sabedoria desconcertante, que tanto me ensinou a descobrir o quanto preciso pesquisar e conhecer os vários usos e abusos do território nesta parte da Amazônia, onde até o século XX predominava o tempo lento e contemplativo.

USO DO TERRITÓRIO E MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JURUTI(PA)

Em fevereiro de 2009, na madrugada chuvosa, depois de partir do improvisado porto de Santarém, percorrer o rio Amazonas por quase dez horas e fazer escala na cidade de Óbidos, escutei,

da rede de dormir, ainda sonolento, o sino do barco anunciando que havíamos chegado à cidade de Juruti. Era o primeiro contato com esta Amazônia, que é bem diferente das Amazônias da região mineral de Carajás, do complexo hidroelétrico de Tucuruí, do distrito industrial da Albrás/Alunorte em Barcarena, dos assentamentos, povos e problemáticas do Xingu. Na Amazônia de Juruti, a chegada e partida de barcos para Manaus, Santarém e Belém aglomera cargas, passageiros, carregadores de bagagem, ambulantes e veículos que compõe uma sinfonia de sons, vozes e gestos ansiosos para chegar a seu destino.

O primeiro susto, segundo Martins(1997) típico do encontro com o outro na fronteira amazônica, aconteceu quando acordei e me informei sobre o preço e a forma de pagamento do quarto onde me hospedava. Explico-me, ao desembarcar estava a minha espera um veículo oficial da secretaria municipal de educação, que me conduziu à residência previamente estabelecida por funcionários desta secretaria para me hospedar. Desde 2005, quando foi concedida a licença para construção das bases operacionais da ALCOA, o mercado de aluguel de Juruti foi inflacionado pela crescente demanda das empresas construtoras, que não edificaram company towns para sua mão-de-obra.

Residências familiares metamorfosearam-se em hotéis, pousadas, albergues para abrigar a força de trabalho das empreiteiras. Para adentrar neste mercado muitos moradores arrendavam suas casas e terrenos para quem vinha de fora, sujeitando-se assim a habitar pequenas coberturas ao fundo de seu quintal. Por isso, a diária de um cômodo simples, com banheiro, cama e televisão me custaria cem reais; seria mais caro se fosse para empresas. No decorrer dos dias desse primeiro trabalho de campo em Juruti constatei isso. A procura por alojamentos pelas empresas prestadoras de serviços para a mineradora, atraídas pela nova dinâmica no local, fez o preço mensal dos aluguéis na área central da pequena cidade oscilar entre R\$ 2.000,00 e R\$7.000,00.

Desde a segunda metade do século XX a dinâmica espacial da região amazônica é marcada por reordenamentos territoriais necessários ao estabelecimento das bases sócioespaciais para grandes projetos de exploração mineral, hidroelétricos, agropecuários e madeireiros. Tais projetos são objeto de inúmeros debates e estudos que analisam seus impactos no modo de vida dos lugares amazônicos a partir da chegada do migrante e do desenvolvimento, como a pesquisa de Hébette (2004). O discurso de desenvolvimento presente na construção de complexos hidrelétricos como Belo Monte é debatido por Sevá Filho (2005); desenvolvimento e projetos mineradores são analisados por Moura;Maia (1995) e Coelho;Monteiro (2007); desenvolvimento e projetos agropecuários são examinados por Costa (2000); desenvolvimento e infraestrutura rodoviária, são debatidos por Castro (2008) dentre outros.

Nesses estudos é recorrente a crítica ao paradigma de crescimento e desenvolvimento econômico reinante na Amazônia, sustentado na exportação de commodities. Esse estilo de economia espacial regional é constantemente reinventado nesta fração do território nacional. A chegada da ALCOA constitui exemplo desta economia que reedita no século XXI o modelo colonial estruturado na exportação de matérias primas.

No oeste do Pará, durante o século XX, as atividades de prospecção, exploração e beneficiamento mineral basicamente restringiram-se ao município de Oriximiná, na região do Rio Trombetas. Conforme Machado e Lima (2007), desde o final de 1971 a ALCAN iniciou a implantação do projeto Trombetas, mas logo as obras foram suspensas, em função da depressão no mercado mundial do alumínio na época.

Em outubro de 1972, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a ALCAN celebraram acordos para constituir uma joint-venture, visando à retomada da implantação do projeto. Em junho de 1974, foi assinado o acordo de acionistas da Mineração Rio do Norte, atualmente composto pelas seguintes empresas: VALE (40%), BHP Billiton Metais (14,8%), Rio Tinto ALCAN (12%), CBA-Votorantim (10%), ALCOA Brasil (8,58%), ALCOA World Alumina (5%), Norsk Hydro (5%) e AWA Brasil Participações (4,62%). Em 2010 a VALE vende todo o segmento de alumínio para a empresa Norsk Hydro.



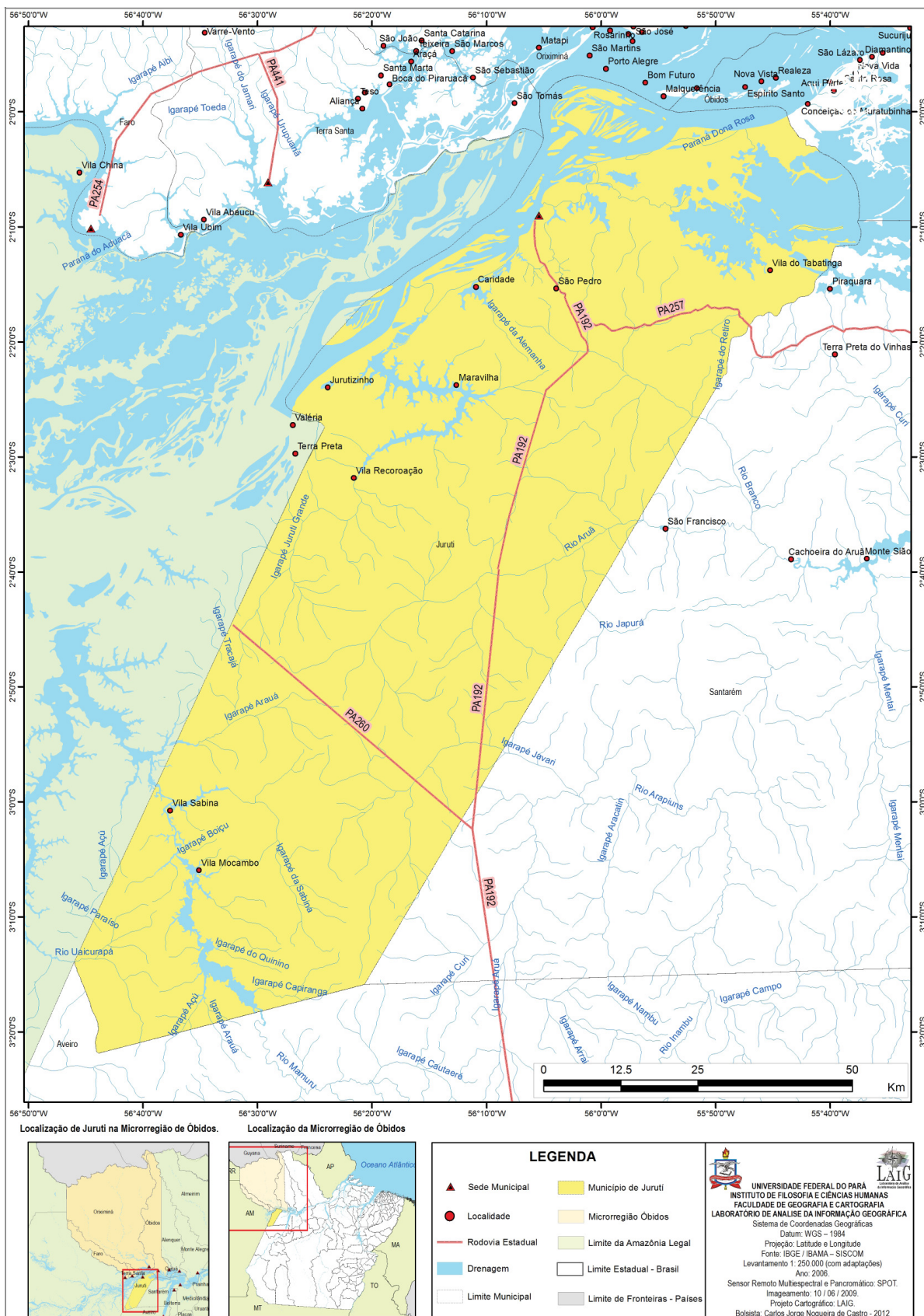


Figura 1 - Mapa Político-administrativo de Juruti/PA

O projeto foi retomado no primeiro trimestre de 1976 e as atividades de lavra foram iniciadas em abril de 1979. Neste ano, em 13 de agosto, foi realizado o primeiro embarque de minério em navio para o Canadá. A capacidade inicial de produção foi de 3,35 milhões toneladas anuais. Ao longo dos primeiros anos de operação a capacidade expandiu-se gradativamente em função do aumento da demanda de mercado e da grande aceitação da bauxita produzida pela Mineração Rio do Norte(MRN) nas refinarias de todo o mundo.

No século XXI este cenário modifica-se a partir da inserção do município de Juruti na rede da mineração, promovendo reordenamentos territoriais para o estabelecimento da planta industrial (Marcovitch, 2011). De acordo com informações do site da ALCOA, a área de implantação do empreendimento situa-se na margem direita do rio Amazonas, extremo oeste do estado do Pará. Na sede municipal de Juruti, localiza-se o porto, às margens do rio Amazonas. Deste ponto, chega-se a mina e a usina de concentração através de estrada de terra, em um percurso de 56 km. O local denominado Base Capiiranga, utilizado como acampamento central e base operacional das atividades de pesquisa geológica das áreas estão às margens do igarapé Juruti Grande, próximo à embocadura do Itapiranga, no sopé do platô Capiiranga.

A exploração da mina foi concebida como um sistema integrado de produção, incluindo as etapas de lavra, beneficiamento, transporte de bauxita por ferrovia e insumos por rodovia, estocagem e embarque em navio. As instalações são subdivididas nas áreas de lavra, beneficiamento, incluindo sistema de rejeitos, ferrovia e rodovia, porto, instalações de apoio industrial, administrativo e utilidades.

A ferrovia tem aproximadamente 55 quilômetros de extensão e opera com 40 vagões, cada um com capacidade de 80 toneladas. Longos trechos da ferrovia foram construídos paralelamente à rodovia estadual PA 257, que também ganhou melhorias como asfalto e ciclovias nos trechos que atravessam áreas habitadas.

Conforme ALCOA(2010), o terminal portuário foi construído para operar com navios graneleiros do tipo PANAMAX com porte de até 75.000 DWT e 245 m de comprimento por 34 m de boca, com calado carregado para o rio Amazonas de 38 pés (11,58 m). O porto está localizado a dois quilômetros do centro do município e fica à margem do Rio Amazonas.

A mina de Juruti tem uma reserva com potencial de cerca de 700 milhões de toneladas métricas. Possui um dos maiores depósitos de bauxita de alta qualidade do mundo, capazes de atender à crescente demanda do mercado internacional e que também possibilitou a expansão da refinaria da ALUMAR-Consórcio de Alumínio do Maranhão em São Luís (MA). A produção inicial da mina foi planejada para atingir 2,6 milhões de toneladas métricas por ano.

Portanto, a chegada do Projeto Juruti da ALCOA demarca um novo período geográfico, caracterizado por processos de reordenamento espacial para viabilizar a atividade mineral. Desse modo, um conjunto de ações possibilita a implantação dos objetos geográficos necessários à exploração mineral, que se configura como evento desencadeador de novas dinâmicas territoriais. Sobre essas transformações Coelho e Monteiro (2007) explicam que:

A reorganização da produção e do território é antes de tudo uma resposta regional às mudanças de lógicas influenciadas pela aceleração nas relações entre tempo e espaço, promovida pelo investimento em transporte e comunicações e pela racionalidade da economia das commodities minerais (ferro, bauxita e caulim). A (re)construção de uma nova estrutura produtiva se dá não só com a participação de novos atores sociais (com destaque para empresas mineradoras e dos setores de comércio e serviços) para as áreas de mineração e seus entornos (...). Os atores tradicionais na região aliados ou não aos novos atores se impuseram a adequação à nova lógica de crescimento econômico empresarial em curso. (COELHO; MONTEIRO, 2007, p.38).

Durante a primeira década do século XXI desencadeiam-se transformações econômicas e sociais na dinâmica espacial de Juruti, impulsionadas pela chegada da multinacional voltada para



extração de bauxita, no ano de 2005. Desde o ano 2000 a empresa negocia condições institucionais para exploração de bauxita em Juruti, quando comprou a empresa Reynolds Metals, que fazia prospecções no município anos antes (FGV, 2008). Em 2004 o empreendimento começa o processo de licenciamento ambiental, atendendo às exigências da legislação nacional, com a elaboração de Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA).

Os estudos e pesquisas para a aquisição da licença de instalação da empresa no local subsidiaram a criação pela ALCOA de 35 programas de mitigação de impactos, os chamados Planos de Controle Ambiental (PCAs) voltados para os mais diversos setores (FGV, 2008). Esses programas perduraram ao longo da instalação do empreendimento e outros permaneceram durante o período de operação da mineradora, sobretudo aqueles relacionados ao monitoramento de poluição da água, ar, solo, entre outros.

Em 2006 começaram os processos de instalação industrial e, conseqüentemente, as alterações no lugar. De imediato podemos destacar o fluxo migratório para o município. Dados do IBGE revelam que, em 2000 o município contava com 23.262 habitantes, dobrando para 47.086 habitantes em 2010. O significativo crescimento populacional indicado nesses dados se traduz em pressão por moradia, alimentação, serviços de saúde, educação, dentre outros, o que levou a uma verdadeira reestruturação urbana para atender às novas demandas.

Até 2009 toda a população dependia basicamente de escolas municipais e estaduais. No ano de 2010 foi criada uma escola particular, que em sua maioria, atende aos filhos de funcionários da ALCOA e empresas terceirizadas. No que se refere aos serviços de saúde, só havia atendimento em um posto de saúde, mas com a dinamização da economia local, novos consultórios particulares foram criados, bem como a construção de um hospital municipal financiado com recursos da mineradora.

As alterações na configuração e na dinâmica espacial ocorreram em função de dois conjuntos de ações, o primeiro com a elaboração de uma Agenda Positiva, espécie de parceria entre a empresa e a prefeitura municipal; e o segundo conjunto é composto pelos 35 (PCAs) Planos de Controle Ambiental, como condicionantes do licenciamento ambiental (FGV, 2008). A Agenda Positiva pontua ações com vistas a diminuir os impactos sócioespaciais da mineradora no lugar: pavimentando ruas na sede e em estradas utilizadas pela mineradora; construindo hospital, ampliando o número de salas de aula em escolas municipais na sede e nas comunidades diretamente atingidas pela nova dinâmica.

Os Planos de Controle Ambiental atuam em diversas frentes, como no desenvolvimento de projetos agrícolas em comunidades, levando assistência técnica até os agricultores, intervenção muito rara no município; na elaboração de cursos para incentivo do artesanato local, recuperação de igarapés. Os projetos ressaltam a responsabilidade social e ambiental de mineração na Amazônia e procuram observar as demandas do lugar para que não pareçam totalmente estranhos. No entanto, faz-se necessária análise acerca da concretização e do alcance das metas desses planos, o que foge ao escopo deste artigo.

O trabalho de campo revelou que no lugar onde se estabeleceram as bases operacionais da ALCOA, no bairro de Terra Preta, havia aproximadamente 31 famílias, com 23 moradias, 2 estabelecimentos comerciais, 1 igreja e um campo de futebol. O modo de vida dessas famílias reproduzia-se no ritmo das atividades voltadas exclusivamente para trabalhar a terra dos sítios. Estes compreendiam, geralmente, pequenas propriedades com casas construídas pelas e para várias famílias. No terreno, os camponeses caboclos, nascidos e criados no lugar cuidavam de árvores frutíferas, cultivavam tradicionalmente a macaxeira e mandioca e, em função deste produto, erguiam a casa de farinha e escavavam o poço de água.

A exploração tanto dos rios como das matas não possuía caráter mercantil e nem mesmo havia cerca que delimitasse as propriedades de cada família, pois as redes de solidariedade permitiam conhecer onde começava um sítio e terminava o outro. Da mandioca, além do fabrico de farinhas, os camponeses extraíam o tucupi e produziam a tapioca, todos integrando a sua dieta alimentar.

Complementando o sustento familiar coletavam frutas, caçavam animais silvestres, pescavam e criavam galinhas e porcos.

Era incomum a utilização de tecnologia moderna. Daí a ocupação do trabalho de todos da família, homens, mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças empregavam seus dias na obtenção de produtos para seu sustento. O trabalho adquiria um sentido profundamente socializador, por meio dele os mais novos cresciam e eram educados, no e para o trabalho. Meninas e meninos assimilavam os papéis que desempenhariam quando adultos. A sociabilidade do trabalho organiza o puxirón, em que várias famílias se juntavam para executar tarefas como roça, fabrico de carvão, construção de casas, pontes e trapiches, e na limpeza de igarapés. A relação de ajuda mútua garantia ao seu legítimo dono o direito sobre a venda do produto e a certeza de contar com a solidariedade de parentes e amigos quando necessária. O puxirón é também um meio do camponês caboclo, desenvolver outras dimensões da vida social. Os puxiruns, mutirões comunitários, são organizados pelos líderes das comunidades e pela Igreja Católica, “para manter áreas comuns limpas, limpar os igarapés, fazer roçado, organizar festas, abrir trilhas, construir benfeitorias ou suprir qualquer outra necessidade em benefício da comunidade ou de alguma família” (WANDERLEY, 2008. p.117). No lugar onde se realiza o puxirón são reforçadas amizades, relações de compadrio, trocas de informações.

Nos sítios, a sociabilidade do trabalho era ritmada pelo tempo natural, uma temporalidade diferente daquela predominante nos sistemas técnicos da ALCOA, revelando “que cada divisão do trabalho cria um tempo seu próprio, diferente do anterior [...] É assim que, a partir de cada agente, cada classe ou grupo social, se estabelecem as temporalidades [...] que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar.” (SANTOS, 1999, p.109-110). O camponês caboclo usava o território como grande despensa, onde se plantava a mandioca, coletavam-se frutas, ervas, raízes, sementes, pescava-se o camarão, o peixe de escama e o peixe de pele, tudo isso num tempo que não é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais. Todavia, ainda que o trabalho tivesse um caráter societal seus frutos eram apropriados individualmente entre as famílias, e a circulação da produção não era imediatamente subordinada ao circuito mercantil. Aliás, a relação monetária somente era realizada para possibilitar às famílias obter o que não produziam ou não coletavam, como por exemplo, querosene, diesel, roupas, baterias, medicamentos.

Os camponeses nunca pensaram que esse modo de vida seria interrompido para dar lugar aos sistemas de objetos técnicos necessários trazidos pelo grande capital. A partir da concessão das licenças prévia e de instalação pelo estado, a ALCOA desencadeia ações que revelam seu poder no território. A chegada desse empreendimento dinamiza o mercado de terras do lugar, impulsionado pela crescente expectativa dos moradores em vender seus sítios, “ansiosos que a empresa fizesse boa avaliação e os pagasse em bom dinheiro”, como ressaltou nosso entrevistado 1.

Foi relatado em entrevista por ex-moradores do lugar, que nas primeiras reuniões com a comunidade, a empresa expôs para os camponeses um conjunto de motivações para a saída destes do bairro. Ela prometeu preço justo, inclusive propondo casa nova, crédito para os agricultores, serviços sociais para obter qualidade de vida. Nas reuniões a empresa dirigiu-se ao coletivo dos moradores do lugar, o processo foi acompanhado por todos, pois a maioria tem laços familiares e comunitários fortes, sendo proposto o remanejamento para atender a coletividade, minimizando assim os impactos das famílias do bairro. Conforme nosso entrevistado 2 “havia uma proposta para construção de uma pequena vila ou mesmo aquisição de terrenos dotados de infraestrutura para atender a demanda social, possibilitando que todos vivessem próximos uns dos outros e continuassem seu modo de vida.”

Mas a discussão e os acordos assumem outro rumo quando algumas famílias tentam negociar individualmente com a empresa. Isso prejudicou o coletivo dos moradores e facilitou o poder de compra da empresa. Nesse momento existe uma tensão, pois o pagamento pelo metro quadrado dos terrenos não supera a expectativa da população, apesar da empresa avaliar toda cultura produzida nos terrenos. Nas palavras do mesmo entrevistado



os moradores passam a ser procurados individualmente para negociarem suas terras. Dessa forma, inicia-se a compra de terrenos. Alguns moradores dificultam a compra por acreditarem que o valor pago é irrisório para terem uma vida digna fora de seu lugar; outras famílias sofrem tanta pressão que chegaram a contratar advogados para negociarem suas terras, pois as obras já se iniciam mesmo alguns moradores ainda estarem morando no bairro.

Segundo nosso entrevistado 3

A empresa justifica dizendo que pagou preço justo pelas terras, avaliando as benfeitorias reprodutivas, além do valor sobre a área, considerando as benfeitorias edificadas num pagamento adicional complementar, finalizando o valor em R\$ 4.025 por metro quadrado, que significou o melhor valor na região como é afirmado pela empresa.

Antigos moradores do bairro afirmam que “a empresa recorrerá à legislação em vigor e pediria ajuda ao poder público e órgãos competentes para agilizar a saída de alguns moradores que se colocaram contra o modo como a empresa estava negociando e comprando os terrenos”. Isso levou os moradores a tratarem rapidamente o processo de venda, pois acreditaram que o preço da terra tenderia a baixar mais ainda. O objetivo da empresa era retirar os moradores num tempo mais rápido possível, tendo em vista que as obras para as instalações portuárias só iniciariam se todos os moradores estivessem fora daquele território.

Os entrevistados, frequentemente, relatavam “que o discurso da empresa prometia emprego na mineração para a família, assim como cestas básicas e acompanhamento psicossocial”. Isso motivava a venda de suas terras e a saída dos moradores, pois se acreditava que a empresa acompanharia o destino que todos teriam após a migração, o que de fato não aconteceu. Mesmo assim a ALCOA continuava difundindo seu discurso de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, o que provocou uma grande insatisfação dessas famílias, pois os prejuízos hoje conhecidos não foram mensurados e sequer foram apresentados, muito menos indenizados pela mineradora.

A apropriação do bairro da Terra Preta pela ALCOA para a construção de suas bases operacionais constituiu a primeira vitória desta sobre o modo de vida do lugar. Construída quando os moradores acreditaram que poderiam individualmente negociar e assim obter cifras que nunca conheceram. Esse fato, associado às modificações espaciais da Agenda Positiva, ao aquecimento do mercado imobiliário, ao discurso de geração de emprego e renda tornava quixotesca qualquer forma de resistência à chegada do estranho.

A resistência ao grande projeto não poderia se manifestar no espaço urbano de Juruti, pois o setor de comércio e serviços foi o que mais se beneficiou com o adensamento populacional e o consequente aumento na demanda por variados e múltiplos bens e serviços. O poder público municipal, o empresariado local e regional em uníssono repetem que a ALCOA trouxe crescimento da economia e dinamizou a sociedade local, que estava adormecida.

Na década de 1999 a 2009, o setor de serviços constituiu o principal responsável pelo PIB municipal, seguido até 2007 pela agropecuária. Desde então a indústria ocupa o papel de segunda fonte de recursos do PIB municipal. Note-se que durante a década em foco, o percentual desigual de crescimento entre os setores que compõem o PIB, que cresceu 846,10%: a agropecuária cresceu 251,20%, a indústria 3.238,27%, os serviços 658,24, os impostos 11.542,61. (Tabela 1).



Tabela 1- Evolução do Produto Interno Bruto de Juruti- 1999-2009(mil/reais)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	11.703	12.798	16.478	19.930	27.841	23.971	17.742	21.415	17.789	21.241	29.398
Indústria	2.023	2.122	2.805	3.272	4.187	5.193	6.242	9.397	18.933	42.583	65.510
Serviços	17.967	20.111	23.275	28.745	33.116	38.019	44.276	50.700	74.719	94.927	118.266
Impostos	514	462	673	950	1.163	1.169	1.568	3.494	19.143	52.047	59.329
PIB	32.207	35.493	43.231	52.898	66.308	68.351	69.827	85.006	130.584	210.799	272.503

Fonte: IBGE. Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em 09/10/2012.

A resistência à Alcoa tem como palco o espaço agrário e foi comandada por ribeirinhos, lavradores, extrativistas, pescadores das comunidades do PAE Juruti Velho, que se organizam para defender e garantir seus usos do território não somente contra madeireiros, que historicamente pirateiam madeira nobre, mas contra as investidas da ALCOA.

TERRITÓRIO EM DISPUTA: o PAE Juruti Velho

Para chegarmos às comunidades que compõe o PAE Juruti Velho, partimos da sede municipal e percorremos um pequeno trecho do rio Amazonas até a entrada do igarapé do Balaio, onde nos deparamos com algumas comunidades ribeirinhas, tais como Mocambo, Ingrácia, Novo Horizonte, Nova Macanaine, Santa Madalena, Juruti-Açu, Açai, Açailândia, Maravilha, Monte Muriá, Surval, Monte Sinai, Prudente, Capiranga, Jauari, Pompom, Nova Esperança, Galiléia e Recordação e os núcleos de Bom Jesus e José Maria, cuja principal e maior é a Vila Muirapinima, distrito de Juruti, anteriormente conhecida como Juruti Velho.

A Vila Muirapinima exerce forte influência sobre as demais comunidades. Trata-se da primeira sede do município de Juruti, núcleo de antigo povoamento e de importância política, histórica e religiosa (Alcoa, 2007). Segundo dados da subprefeitura local, o lugar conta com população de 2.627 habitantes e 430 residências. Na vila temos três bairros: o Centro, mais antigo; o bairro do Alegre e bairro Castanheira, este ocupado nos dois últimos anos. No bairro Central localiza-se o coração da vila. Nele encontramos a subprefeitura, o posto policial, a unidade mista de saúde, o posto do banco do estado do Pará- BANPARÁ, a sede provisória da ACORJUVE, a mais antiga igreja do município de Juruti, construída em 1888, igrejas evangélicas, quadra de esporte, campo de futebol, microsistema de abastecimento de água, usina de força, escola municipal, sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, centros recreativos, mercado municipal, postos de combustíveis e os maiores comércios.

No bairro do Alegre predominam domicílios residenciais e pequenos comércios; constitui-se, assim como o bairro Castanheira, em área de expansão residencial, nele temos a escola agrícola, que dispõe de ensino fundamental e ensino médio. Estes bairros formaram-se a partir de 2000 com a vinda de migrantes de outras comunidades da região para morar na vila, motivados pelo fato desta dispor de serviços de educação e saúde para a população, além de serviços e um comércio em expansão. Por essa razão as pessoas deixam seus sítios onde anteriormente moravam e tinham suas atividades voltadas para o plantio. Esse movimento migratório preocupa a direção da ACORJUVE, pois o agricultor vem para a vila e deixa a lavoura.

Para Canto(2008), as comunidades do lago, de modo geral, surgiram da alocação de uma ou mais famílias que doaram pequena parte de seu terreno para a instalação de uma capela e/ou escola, neste as famílias isoladas iam se agregando espontaneamente ou por razões de parentesco



e/ou matrimoniais. Nessas comunidades predominam o modo de vida do camponês, vivificado por ribeirinhos, lavradores, extrativistas e pescadores que tem na terra o núcleo estruturante das comunidades, principal meio de produção e força produtiva. Em torno deste núcleo organiza-se a divisão técnica, social, sexual e etária do trabalho; as habilidades, os instrumentos técnicos e força motriz, reproduzem um leque de atividades que tem em comum a predominância de unidades de produção, cuja mão-de-obra é familiar e de agregados, sem emprego de máquinas agrícolas e baixo uso de instrumentos e técnicas modernas, baixa produtividade e precária integração com mercado. Conforme Canto (2008)

A estratégia de sobrevivência das Comunidades do Lago está baseada em atividades múltiplas, tais como pequeno comércio, extração de madeira, pesca, caça, coleta de frutos silvestres, artesanato de palha (tipitis, cestos, paneiros) e madeira (canoas, remos), etc. Dentre elas a roça de mandioca desempenha papel da maior importância, uma vez que é a atividade mais difundida e dela derivam vários produtos destinados ao consumo direto e ao comércio, tais como farinha d'água, cruera, carimã, tapioca, tucupi, beiju, etc. (CANTO, 2008, p. 247).

Trata-se de um modo de vida fortemente entrelaçado aos “recursos naturais vivos, mas limitados à intensificação do trabalho e à valorização da ajuda mútua; um distanciamento institucionalizado das regras de mercado capitalista associado à capacidade de autonomia com relação ao mundo capitalista” (SABOURIN, 2009, p. 32). Um modo de vida compreende um conjunto de técnicas e objetos técnicos de uso individual e coletivo criados no decorrer de gerações, por meio do quais se produz e reproduz material e espiritualmente no meio geográfico onde o rio praticamente comanda a vida. Os camponeses, por meio de saberes e fazeres, conhecimento empírico, transmitido oralmente desenvolveram técnicas de pesca, cultivo, extração, armazenamento e conservação de alimentos; construíram habitações, casas de farinha, olarias, pontes, portos, trapiche adaptados aos meios geográficos de várzea e terra firme; bem como canoas, barcos e embarcações de diversos tamanhos para transportar pessoas, bens e serviços.

Nas comunidades ribeirinhas os camponeses construíram habitações, casas comerciais, áreas de lazer, de culto dos vivos e dos mortos, cultivo e criação de animais domésticos, sem ter preocupação em demarcar, delimitar e titular propriedades e patrimônios, isto é, reconhecem direito de propriedade, ainda que não haja demarcação artificial. Segundo Wanderley (2008)

No passado, não existiam picos, marcos ou qualquer forma de demarcação nas terras. O uso e a gestão do território se davam e ainda se dão de forma coletiva. A regulação do território se resumia às normas morais-culturais de respeito ao vizinho. Cada família tinha uma área para construir sua casa e outra para fazer o roçado, sendo o restante das áreas comuns, livres para a caça, a pesca e a extração dos recursos da floresta. (WANDERLEY, 2008, p. 106).

Nesses lugares, antes da chegada da ALCOA, reproduzia-se uma variedade do que McKean; Ostrom (2001) denominam de propriedade comum ou regime comum de propriedade, isto é, arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos.

Lideranças comunitárias nos informaram que a terra onde se encontra o atual PAE Juruti Velho pertencia à Gleba Vila Amazônia, de propriedade da família Abreu e tinha uma extensão de aproximadamente 209 mil hectares. Isso é reiterado por Wanderley (2008)

A história da ocupação no lago Juruti Velho remonta ao período colonial, quando se fundou a Vila de Muirapinima, para catequizar os índios da tribo Mundurucus. Em 1930, a vila fez parte da Vila Amazônia, doada aos japoneses para promoção de cultivos agrícolas no Amazonas e no Pará. (WANDERLEY, 2008, p. 105).

Desde 2002, a ACORJUVE, apoiada pelas irmãs Franciscanas de Maristela, começou um processo de organização coletiva das comunidades criadas a partir da ação missionária da igreja. A igreja trabalhava no intuito de que as comunidades dialogassem entre si para criarem uma associação, cujo objetivo principal era a conquista da titulação coletiva da terra. Segundo Wanderley(2008)

Os conselhos e avisos, especialmente das freiras, levaram os moradores do lago Juruti Velho a se constituírem numa instituição de representação coletiva capaz de representá-los e de lutar pelo direito à permanência na terra. A questão da legalização das terras pelo direito de uso e a possibilidade de acesso a crédito a partir da titulação sempre foram colocados pela Igreja como o objetivo a ser almejado pelas lutas sociais no campo em Juruti. Deste modo, a ACORJUVE tem como principal ação a resistência nas terras tradicionalmente ocupadas e, para isso, reivindica junto às autoridades competentes a demarcação e titularização dos territórios coletivos, na forma de um assentamento agroextrativista, com 109.551ha de extensão. (WANDERLEY, 2008, p. 106).

A ALCOA, desde as décadas de 1970, quando inicia o processo de prospecção de bauxita, queria incorporar áreas pertencentes à Gleba Vila Amazônia. Desencadeiam-se disputas pelo uso do território. Por um lado a ACORJUVE queria a titulação da terra e, por outro, a ALCOA queria a licença ambiental que lhe permitiria usufruir das áreas dos camponeses.

A definição dos usos do território motivou disputa. Segundo nosso entrevistado 4, um diretor da ACORJUVE, “a principal reivindicação era o reconhecimento pelo estado e pela empresa do território da comunidade, que tradicionalmente vive no lugar”. Os camponeses queriam titulação coletiva de seu território. Por sua vez, a empresa defendia que a titulação do território fosse individual oficializada pelo INCRA.

Além da titulação coletiva, a ACORJUVE exigia da ALCOA indenização pelos danos e prejuízos já sofridos. Segundo entrevista de um diretor da ACORJUVE, esta exigia o pagamento pela ocupação do terreno, pois a

A Alcoa vai ficar em nossa terra uns 70 anos. Ela vai ocupar 50 mil hectares. A floresta que existe vai ser derrubada. Queremos ainda 1.5 % de participação da lavra da bauxita e pagamento da retirada da água de nosso lago. A Alcoa vai usar cinco mil litros de água por hora do lago Juruti Velho. Desejamos ainda uma agenda de compromisso que contemple as 60 comunidades que moram no distrito de Juruti Velho. (<http://www.blogger.com/profile/16942594755467023334>. Acessado em 28/11/2011)

O embate mais sério entre ALCOA e ACORJUVE aconteceu no dia 28 de janeiro de 2009, época do Fórum Social Mundial na cidade de Belém. Lideranças camponesas, religiosas e sindicais organizaram um movimento chamado Juruti em Ação. Aproximadamente 1.500 moradores de várias comunidades ocuparam por nove dias ferrovia, porto e rodovias, isolando a área da mina, o porto e a Base Capiroanga. A ALCOA acionou força policial para fazer a desocupação das áreas, mesmo assim os manifestantes conseguiram resistir à repressão militar, que lançou spray de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar o povo.

Após nove dias de protesto, ocupação e visibilidade do movimento na imprensa a ALCOA resolveu atender as exigências dos manifestantes. A titulação da terra veio acompanhada do desmembramento das 78 comunidades que moravam na Gleba Vida Amazônia da seguinte forma: PAE Juruti Velho, com 47 comunidades, com território titulado pelo INCRA; Mamuru do Rio e Mamuru do Planalto tituladas pelo ITERPA(Instituto de Terras do Pará) e nomeadas Nova Olinda I e Nova Olinda II.

Em 2007 elaborou-se o plano de utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Juruti Velho, no qual se regulamentou a utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. Nele definiu-se um conjunto de 122 itens, cujo propósito era expor ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado



do Pará - SEMA e instituições afins, o compromisso dos moradores com a legislação ambiental e o Plano de Utilização e ao mesmo tempo oferecer a estes órgãos um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos e servir como documento formal para o Contrato de Concessão de Uso.

A partir da organização e formação do PAE Juruti Velho, a Associação pode ter acesso às políticas e programas do INCRA, tais como apoio, habitação, fomento e PRONAF. O trabalho de campo revelou-nos que a associação prioriza o setor de habitação, possibilitando a construção de 2700 moradias, esta meta é trabalhada em duas fases: a primeira fase começou em 2007 e consistiu na construção de habitação para 998 famílias, a segunda fase iniciou em 2011 e tem por meta a construção de mais 1000 moradias; no entanto no trabalho de campo não fomos informados até quando.

Além da titulação coletiva, uma das principais conquistas do Movimento Juruti em Ação foi o compromisso assinado pelo presidente da Alcoa na América Latina, Franklin Fedren em pagar 1.5% do lucro gerado pelo resultado da lavra da bauxita extraída do PAE. Esse recurso é repassado pela empresa de mineração ALCOA para compensar os danos e prejuízos causados às comunidades pela extração de minérios. Uma parte dos recursos foi transformada em política de inclusão social. A associação, em assembleia, decidiu que metade dos valores seria transformada em benefício trimestral de seiscentos reais (R\$ 600,00) a que todas as famílias residentes no lugar desde 2005 tem direito.

A outra metade seria investida em melhorias coletivas do lugar. A gestão direta dos recursos pela ACORJUVE possibilitou a construção de 10 microssistemas de abastecimento de água, apoio ao transporte escolar e a expansão da iluminação elétrica, construção e ampliação de uma sede própria e de centro comunitário onde funciona o inforcentro, que disponibiliza curso de informática e acesso à internet para a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela primeira vez na história dos grandes projetos na Amazônia, uma associação composta principalmente por representantes de comunidades ribeirinhas, pescadores, camponeses e povos da floresta, conseguiu que uma empresa mineradora lhe repassasse diretamente pequena parte de seus lucros, sem qualquer intermediação. Isso juntamente com a conquista da titulação coletiva dos territórios onde historicamente vivem. Tais feitos criam condições para novas contradições na dinâmica territorial do lugar.

A gestão direta dos recursos pela ACORJUVE fez o poder público municipal praticamente transferir para a associação as responsabilidades sobre a manutenção, melhoria e extensão de serviços públicos como na área de saúde, educação, transporte e iluminação pública. Os gestores municipais comportam-se como se a promoção e garantia do bem-estar e da melhoria na qualidade de vida das comunidades do PAE Juruti Velho não fossem de sua responsabilidade.

As entrevistas do trabalho de campo indicaram disposição da diretoria da associação de trabalhar em parceria com o poder público para melhorar a qualidade de vida das comunidades. Os dirigentes têm claro que sem o apoio do poder público, torna-se mais difícil manter, melhorar e expandir as conquistas. Isso porque a titulação coletiva e o reconhecimento legítimo do direito sobre o uso do território que historicamente vivem é apenas o primeiro passo.

As terras que integram o PAE sofrem fortes ações do capital, seja na forma da empresa ou na forma de ações clandestinas ilegais de madeireiros que adentram as terras do assentamento buscando madeira nobre para abastecer as serrarias e comerciantes de madeira de Juruti e Santarém, o que levou a ACORJUVE a construir um sistema de monitoramento intensivo para evitar a ofensiva das madeiras. A construção de portais de guaritas e equipes de vigilâncias tem sido eficazes.

No entanto, a ameaça constante vem da empresa, que procura enfraquecer a direção da ACORJUVE, por meio de projetos como hortas comunitárias e criadouro de peixes. Almeja ampliar sua influência no lugar, difundindo a imagem de responsabilidade social e ambiental, de que tais projetos são alternativa viável de fonte de renda, trabalho e alimento. Ações como essas semearam entre os

moradores o desejo de formar outra associação. Nas palavras de diretor da associação “a ALCOA ao difundir projetos como horta e piscicultura nada mais faz que infiltrar-se em áreas que não lhes dizem respeito”. Para os dirigentes da ACORJUVE, todos os projetos executados nas comunidades devem passar necessariamente por sua observação e aprovação.

Em resposta à ofensiva da ALCOA nas comunidades, a ACORJUVE, através da ONG Eco-ideia, construiu estudos e pesquisas acerca dos danos e prejuízos ambientais identificados a partir da instalação desse complexo minero metalúrgico. Assim, coletou dados sintetizados num documento para uma ação junto ao Ministério Público contra a ALCOA.

Portanto, a titulação coletiva das terras do PAE Juruti Velho é apenas um dos capítulos da longa história de conflitos entre o capital nacional, internacional ou multinacional, que direta ou indiretamente apoiados pelas elites locais e setores do bloco no poder estatal, contra as populações que historicamente usam a terra-território para a reprodução de seu modo de vida. Definitivamente adentramos num período histórico no qual a Amazônia reafirma a função de fronteira de commodities para o mercado mundial. Ainda que gere aumento do PIB regional, ampliação da balança comercial, em suma, o crescimento econômico, isso tem se realizado em detrimento de modos de vida e populações historicamente responsáveis pela manutenção do ecossistema amazônico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALCOA. **Retrato das comunidades município de Juruti**. Juruti. 2007. Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/environment/pdfs/juruti_retrato_das_comunidades.pdf. >Acessado: em 12/12/2011.

ALCOA. **Estabelecimento das características físicas, ambientais e operacionais do terminal de bauxita de Juruti Rio Amazonas**. Juruti(PA). Dezembro 2010.

CANTO, Otávio do. Comunidades do Lago. In: TEISSERENC, Pierre et al(Orgs). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA. 2008. PP.245-255.

CASTRO, Edna. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia. Região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Editora Globo. 2010. pp. 105-122.

CASTRO, Edna (Org.). **Sociedade, território e conflitos BR-163 em questão**. Belém: NAEA. 2008.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. (Org). **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA. 2007.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia. Desafios do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UFPA. NAEA. 2000.

FGV. **Juruti sustentável: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local**. São Paulo: FGV, ALCOA, FUNBIO, 2008. Disponível em:< <http://indicadoresjuruti.com.br/site/index.php?page=Conteudo&id=19&Jurutiss=6a4fe23891f15cfcbebd8fa846245da9&Jurutiss=6a4fe23891f15cfcbebd8fa846245da9>>. Acessado em 12/12/2011.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI. Novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do livro. 2009.

MACHADO, Raymundo de Campos; LIMA, Maria Helena M. Rocha. Implantação do projeto trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972. In: **Anais do 62º CONGRESSO ANUAL DA ABM**, 23 a 27 de julho de 2007, Vitória – ES. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2007-021-00.pdf>. Acessado em 08/10/2012.

MAIA, Maria Lúcia Sá; MOURA, Edila A. Ferreira. Da Farinha ao Alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.Ferreira; MAIA Maria Lúcia Sá. (Orgs). **Industrialização e Grandes Projetos. Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém. Editora Universitária UFPA. 1995, pp. 223-260.



MARCOVITCH, Jacques. **Gestão da Amazônia. Ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas.** São Paulo. Edusp. 2011.

MARTINS, José de Souza. Fronteira. **A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Editora HUCITEC. 1997.

MCKEAN, Margart; OSTROM, Elianor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André C.(Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB/USP. 2001. pp.79-95.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia (2006)**

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração Industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA.** v.8, n.1, p.141 – 187, jun 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/50/46>. >. Acessado em 12/12/2011.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SEVÁ FILHO, A. Osvaldo. (Org). **Tenotã-Mõ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu.** IRM. 2005.

WANDERLEY, Luis Jardim de Moraes. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira.** 152 f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em:< http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=628&Itemid=50.> Acessado em 12/12/2011.

Trabalho enviado em setembro de 2012

Trabalho aceito em outubro de 2012

